



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

MARTA TAMIRES DE FARIAS DOURADO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UMA ANÁLISE DA
IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA O FORTALECIMENTO
ALIMENTAR E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO ORÇAMENTO FAMILIAR
DAS BENEFICIARIAS DO MUNICÍPIO DE COXIXOLA- PB**

SUMÉ-PB

2013

MARTA TAMIRES DE FARIAS DOURADO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UMA ANÁLISE DA
IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA O FORTALECIMENTO
ALIMENTAR E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO ORÇAMENTO FAMILIAR
DAS BENEFICIARIAS DO MUNICÍPIO DE COXIXOLA- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão
Pública da Unidade de Educação do Centro de
Desenvolvimento Sustentável, sob orientação
do(a) Prof. Msc. José Marciano Monteiro.



D739m Dourado, Marta Tamires de Farias
Políticas Públicas de distribuição de renda: Uma análise da importância do Programa Bolsa Família para o fortalecimento alimentar e participação da mulher no orçamento familiar das beneficiárias do município de Coxixola - PB. / Marta Tamires de Farias Dourados. - Sumé: [s.n], 2013.
32p.

Orientador: Professor Me. José Marciano Monteiro.
Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Tecnologia Superior em Gestão Pública.

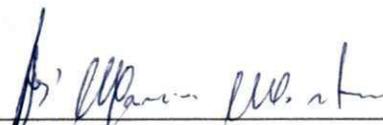
1. Políticas Públicas. 2. Distribuição de Renda. 3. Programa Bolsa Família. 4. Mulher - Orçamento familiar. 5. Gestão Pública. 6. Segurança alimentar. I. Monteiro, José Marciano.

CDU 35(045)

**POLITICAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UMA ANALISE DA
IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA O
FORTALECIMENTO ALIMENTAR E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO
ORÇAMENTO FAMILIAR DAS BENEFICIARIAS DO MUNICÍPIO DE
COXIXOLA- PB**

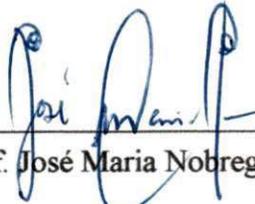
Artigo científico apresentado ao Curso Superior em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA



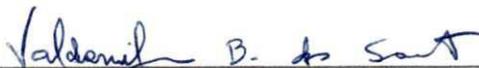
Prof. José Marciano Monteiro

Nota (8,0)



Prof. José Maria Nobrega Junior

Nota (8,0)



Prof. Valdonilson Barbosa dos Santos

Nota (8,0)

Nota Final (**Média**)

Nota (8,0)

Aprovada em 25 de abril de 2013.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar as mudanças que o Programa Bolsa Família (PBF) propiciou no fortalecimento alimentar das famílias beneficiárias, sendo também um forte instrumento para a participação da mulher no orçamento doméstico no município de Coxixola – PB. Trata-se de um estudo de caso, realizado por meio de questionário aplicado com famílias beneficiárias do programa. O estudo faz um resgate histórico das políticas sociais no Brasil; os Programas de Transferência de Renda, dando ênfase maior ao Programa Bolsa Família, que apesar de ser alvo de críticas, tem beneficiado milhares de famílias em todo o país inclusive em Coxixola – PB. Os dados obtidos foram analisados de forma qualitativa. Como principais resultados nota-se que o Programa Bolsa Família proporcionou um aumento na renda familiar dos beneficiários, contribuindo assim com o fortalecimento alimentar das famílias e como o benefício é destinado a mulher, fortaleceu sua participação no orçamento familiar. O PBF coopera com a estadia das crianças em idade frequentando a escola, o que poderá contribuir, a longo prazo, para o combate ao analfabetismo, e também possibilitou um maior acesso das famílias aos serviços de saúde, já que as famílias devem manter os dados de vacinação, nutrição em constante controle. O estudo pode contribuir para uma nova percepção por parte dos gestores sobre a política, para um novo direcionamento, já, que de acordo com as famílias pesquisadas, percebe-se que em boa parte estas não tem a pretensão de deixar o programa e caminhar sozinho sem a ajuda governamental.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Participação feminina no orçamento doméstico. Segurança Alimentar

Abstract

The present study aims to analyze the changes that the Bolsa Família Program (PBF) provided on strengthening household food beneficiaries, is also a strong tool for women's participation in household budget in the municipality of Coxixola - PB. This is a case study, conducted through a questionnaire applied to families benefiting from the program. The study is a historical social policies in Brazil, the Income Transfer Programs, giving greater emphasis to the Bolsa Família Program, which despite being criticized, has benefited thousands of families across the country including Coxixola - PB. The data were analyzed qualitatively. As main results we note that the Bolsa Família Program provided an increase in family income of beneficiaries, thereby contributing to strengthening household food and how the benefit is for the woman, has strengthened its participation in the family budget. The PBF cooperates with the stay-age children attending school, which may contribute to the long term, to combat illiteracy, and also allowed greater household access to health services, as families must keep data immunization, nutrition in constant control. The study may contribute to a new perception of managers on the policy for a new direction, since, according to the families surveyed, it is clear that in large part they do not intend to leave the program and go it alone without government aid.

Keywords: Family Grant Program. Female participation in household budget. Food Security

UFCC - BIBLIOTECA

1 INTRODUÇÃO

A problemática da desigualdade social se constitui a partir de diversos fatores, desde a falta de acesso a bens primordiais à existência humana até a malversação do recurso público, passando por uma grande concentração de capital nas mãos de uma pequena elite política ou mesmo econômica. A desigualdade, portanto, pode ser pensada a partir da própria produção histórica da realidade histórica.

Questões acerca da desigualdade social e conseqüentemente da pobreza ¹ sempre estiveram presentes na história mundial e, não poderia ser diferente, no cenário do Brasil, visto que historicamente se configura como um dos países mais desiguais do mundo. Essa desigualdade pode ser observada a partir da falta de moradia, para as famílias mais pobres; nas altas taxas de desemprego, no sucateamento dos serviços de saúde e educação.

Estes, portanto, são problemas sociais que estão longe de ser superados. É nesse contexto marcado por grande disparidade social que surgem as preocupações, por parte do governo, com a questão social, a qual só foi legitimada a partir da Constituição Federal de 1988, quando de fato a questão social passou a ser de responsabilidade do governo, onde ao Estado foi delegada a atribuição de produzir políticas públicas para minimização dos impactos da pobreza.

Visando uma forma de distribuir renda à população mais carente do país, a qual se encontrava em profundo grau de vulnerabilidade, o governo criou o Programa Bolsa Família (PBF) que constitui uma política pública de distribuição direta de renda e inclusão social ambiciosa, de grande abrangência nacional criada pelo Governo Federal no final de 2003, com a Medida Provisória nº 132, de 20 de dezembro de 2003, posteriormente transformada na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que foi regulamentada pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004 (MDS, 2012).

¹ Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive (ROCHA, 2003, pg. 9-10).

O PBF atende hoje a 13.872.243 (treze milhões, oitocentos e setenta e dois mil e duzentas e quarenta e três famílias² em nível federal, está presente em todos os municípios brasileiros (MDS, 2013). No município de Coxixola localizado na região Nordeste no Estado da Paraíba, geograficamente inserido no semiárido nordestino distante aproximadamente 200.54 km da capital João Pessoa (IBGE, 2012). O PBF atende a 337 famílias correspondendo a 59,71% da população (MDS, 2013), ou seja, mais da metade da população é considerada carente necessitando de tal benefício para a complementação da renda familiar.

Para a construção desse estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema para teorizá-lo e também uma pesquisa de caráter qualitativo, para a qual fora aplicado roteiro de entrevistas semiestruturada, contendo perguntas abertas e fechadas aplicadas junto aos beneficiários, caracterizando, assim, um Estudo de Caso. Para a construção desta pesquisa foram entrevistadas 12 beneficiárias, escolhidas aleatoriamente a partir da folha de pagamento publicada na internet pela Caixa Econômica Federal.

O estudo tem como propósito discutir temas como as origens das políticas públicas no Brasil, as principais políticas públicas já tidas no país, dando ênfase maior ao Programa Bolsa Família. Buscando analisar qual o impacto do PBF na vida das pessoas que fazem parte da política visto pelo prisma da segurança alimentar e a presença feminina como agente direto no orçamento familiar.

2 ORIGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

A temática que envolve a discussão sobre políticas públicas vem ganhando notável relevância no Brasil, a partir das décadas de 1980 e 1990. O tema ganhou um considerável espaço acadêmico, sendo objeto de estudo de ciências como: a Sociologia, economia, administração dentre outras. Sobre isso temos as considerações de Cohn:

O debate acerca das políticas sociais no Brasil é fruto dos baixos indicadores que traduzem uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, condenando à pobreza largas parcelas da nossa população, quanto pela candente questão da reforma do Estado, identificado como historicamente ineficientes (COHN, p.3, 1995)

A origem das políticas públicas no Brasil vem desde a década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas (SÁ, SILVA *Apud*, RODRIGUES, p.3, 2011). Mas somente com a

² Em 2003, quando foi lançado, o programa atendia a 3,6 milhões de famílias, em 10 anos de programa beneficia mais de 13 milhões de famílias pobres ou em situação de extrema pobreza, que são aquelas famílias que vive com uma renda de R\$ 70,00 (setenta reais) *per capita* (MDS, 2013)

publicação da Constituição Federal de 1988 foi que as questões como a seguridade social passou a ser legalmente responsabilidade do governo, já que, até então, tais questões eram atendidas por entidades filantrópicas como também de forma assistencialistas por parte do governo (SÁ, SILVA *Apud* SANTOS, p.3, 2009).

Sendo campo de vários estudiosos, não se pode tomar por base somente um conceito para Política Pública. (SOUZA, *Apud* PETERS, p.24,1986) define política pública da seguinte forma, “é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Essas ações governamentais devem efetivar os direitos dos cidadãos, buscando compreender a realidade do contexto político social vivido como também a economia externa.

Dessa forma, o governo deve analisar onde é mais viável e coerente investir os recursos, que na grande maioria das vezes são escassos, necessitando, assim, de uma reflexão maior, pois estes devem ser investidos de maneira planejada para que, assim, atendam os princípios da eficiência, eficácia e efetividade. As ações governamentais devem promover um impacto na transformação da realidade, ou seja, no grupo social que a política atingiu.

As políticas de distribuição de renda enquadram-se na categoria de políticas públicas redistributivas uma vez que conforme cita (SECCHI, p.18, 2010), concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores. Esse tipo de política é bem caracterizado por programas governamentais na distribuição de cotas nas universidades, a reforma agrária, e os benefícios sociais, a doação de alimentos, etc.

As políticas de distribuição de renda no Brasil se faz necessário, posto que objetiva amenizar as desigualdades que historicamente tem sido um marco da realidade brasileira. A concentração populacional nas grandes cidades que se desenvolveram sem nenhum planejamento, o processo industrial desequilibrado que passou por algumas crises, a desigual distribuição das riquezas, crescimento econômico baseado na acumulação de lucros levaram boa parte da população do país à miséria e, conseqüentemente, a condição de excluídos sociais.

Entende-se que as políticas públicas de transferência de renda integram as políticas de proteção social e combate à pobreza, ou seja, são ações governamentais que tem a intenção de beneficiar os atores que não tem conseguido o desenvolvimento econômico e, por esse motivo, necessitam do reconhecimento governamental.

Para (SÁ, SILVA *Apud* Höfling, p.3, 2011),

as políticas sociais se aludem a ações que definem o padrão de proteção social implementada pelo Estado, voltadas, em princípio, para o remanejamento dos benefícios sociais visando à redução das desigualdades estruturais causadas pelo desenvolvimento socioeconômico. Em suma o governo pretende com a distribuição de renda pagar aos menos favorecidos uma dívida social.

O debate acerca das políticas sociais no Brasil vem ganhando destaque nesse período mais recente, gerado tanto pelos brutais indicadores que traduzem uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, condenando à pobreza largas parcelas da nossa população, resultado da ineficiência do Estado.

Enquadram-se, nesse perfil, as famílias que passam por dificuldade nos quesitos de moradia, alimentação, acesso aos serviços de saúde, educação e cultura. Para que essas famílias possam atender a tais necessidades estas devem ser selecionadas e assistidas pelo governo com o intuito de ajudá-la a alcançar uma mobilidade social.

Assim, as propostas em relação ao papel do Estado na esfera da proteção social são reducionistas e voltadas para situações extremas, com alto grau de seletividade e focalização, direcionadas aos mais pobres entre os pobres, apelando à ação humanitária e/ou solidária da sociedade. (YASBEK, 2004).

O marco importante para as políticas de distribuição de renda no Brasil foi a estabilização da moeda que visava além do crescimento econômico, e distribuição de renda e a melhoria nas condições de bem estar da população como bem cita (Feitosa e Oliveira, p.2, 2010). Os autores apontam dois períodos que demarcaram a implantação das políticas sociais: o primeiro de 1995 a 2000, e de 2001 a 2008.

No primeiro momento, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, instituiu que o atendimento a saúde deveria ser acessados a todos, a universalização do ensino fundamental como também as questões de saúde públicas (DRAIBE, p.74, 2003). Essas ações do governo pretendia alcançar as camadas mais pobre da população levando, assim, o acesso aos serviços públicos essenciais, bem como a melhoria na distribuição de renda.

No segundo momento, 2001 a 2008, houve uma reformulação da política, já que os esforços do governo firmavam-se na distribuição de renda direta as famílias carentes. Esse período foi marcado pela criação do Programa Nacional de Renda Mínima que era uma política que objetivava atender as demandas sociais, focalizando os gastos por meio de políticas de transferência direta de renda (FEITOSA; OLIVEIRA, 2010). Dentre essas políticas criadas devem ser destacadas: Bolsa Escola, Programa de Erradicação do Trabalho

Infantil (PETI), Vale Gás, entre outros, todos idealizados e de responsabilidade do governo federal.

3 AS PRINCIPAIS POLITICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DO BRASIL

O Brasil ainda está longe de oferecer um estado de bem estar social a população. Os altos índices de desigualdades, principalmente no espaço rural, somados as situações de precariedade nas quais vivem milhares de brasileiros e brasileiras nas grandes cidades, mostram o retrato de uma população que, ainda, vive em situação precária. São pessoas que, muitas vezes, não tem nenhum vínculo com o mercado de trabalho e quando tem, são vínculos ou situações precarizadas; diante disso passa por vários problemas sendo, muitas vezes, esquecidos pelo governo e sociedade. Como bem cita (SANTANA *apud* LAVINAS, p.2, 2005):

Os mais pobres formaram (e de certa forma ainda o são) um grupo sem poder de pressão e sem posição sócio-ocupacional definida e não foram alvo de políticas sistemáticas e regulares que os beneficiasse e tiveram atendimentos que se justificaram por ato humanitário ou moeda política.

Até a década de 1980, o combate a pobreza não fazia parte da agenda das políticas governamentais. Ações para minimização da pobreza advinham principalmente de entidades religiosas e filantrópicas. Somente nos anos 1990 o governo brasileiro começou a encarar a situação de pobreza como um problema social uma questão de Estado, ou seja, é a partir dessa década que a pobreza passa a ser enfrentada pela sociedade como um todo, e pelo Estado em particular. A problemática acerca da pobreza ganha espaço como tema de debate entre os governos e ações são implementadas e voltadas, especificamente, para a redução das desigualdades sociais (COHN, p.11, 2004).

As discussões sobre como deveriam ser o desenho de tais políticas começaram a ganhar espaço na agenda do governo. O governo tinha o propósito de criar programas que gerassem um impacto imediato na minimização da pobreza sobre as famílias. Através da identificação desse problema social, o governo criou os programas de transferência de renda que foram concebidos segundo a concepção de que o beneficiário tem a autonomia para definir como melhor utilizar o benefício por saber quais são suas necessidades mais urgentes (SANTANA, 2007).

Esses programas deveriam ter efeitos de curto, meio e longo prazo, favorecendo também a economia de mercado, uma vez que as famílias que fazem parte desses programas

tem um poder e autonomia de compra gerando, assim, um aumento substancial na economia nacional. Dentre os primeiros programas criados pelo governo na década de 1990 foram:

Auxílio Gás: o objetivo do programa é subsidiar, para as famílias pobres, a compra de botijão de gás para cozinhar. Este benefício é destinado a famílias de baixa renda que estavam inscritas no Programa Bolsa Escola e no Cadastro Único dos Programas. O Auxílio Gás tem um diferencial de pagamento em relação aos outros programas, ele oferece um valor de benefício mensal de R\$ 7,50 que é pago a cada bimestre (SANTANA, p. 2007). O benefício era pago somente a cada dois meses cada família recebia o valor de R\$ 15,00. O benefício era de iniciativa do Ministério das Minas de Energia e não exige nenhum tipo de contrapartida por parte da família beneficiária.

Bolsa Escola: o objetivo do programa é incentivar a permanência de crianças de famílias pobres na escola. Para isso destina às famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 140,00 (cento e quarenta) e que têm crianças de 6 a 15 anos matriculadas no ensino fundamental regular o benefício mensal de R\$ 32,00 (trinta e dois) por criança. Cada família pode ter, no máximo, cinco crianças inscritas no programa, ou seja, pode receber um benefício exigida a contrapartida de frequência à escola das crianças de 85% das aulas (SANTANA, p.4, 2007).

Bolsa Alimentação: este programa é dirigido à melhoria das condições de saúde e nutrição de gestantes e nutrizes (mães que estejam amamentando filhos com até seis meses de idade) e também para crianças com seis meses a seis anos e onze meses de idade em famílias com renda *per capita* de até R\$ 140,00. Este programa também exige contrapartida familiar. O benefício é vinculado a uma agenda de participação em ações básicas de saúde como exames pré-natal, vacinação, acompanhamento do crescimento, incentivo ao aleitamento materno e atividades educativas em saúde (SANTANA, p.4, 2007).

Cartão Alimentação: este programa, criado no governo Lula, não foi concebido com a intenção de substituir os demais programas de transferência de renda, mas sim alicerçar um piso que assegure a alimentação das famílias pobres. O valor de benefício é de R\$ 70,00 e a ele se agregam outros benefícios que eventualmente as famílias já recebiam. Além da obrigatória aplicação dos recursos na alimentação familiar, o programa exige, como contrapartida, que as famílias beneficiárias que possuam adultos analfabetos que frequentem cursos de alfabetização e cumpram contrapartidas específicas exigidas em cada região (SANTANA, p.4, 2007).

Em 2004 esses programas passaram por um processo de migração para um único Programa Bolsa Família, processo esse que veio pra consolidar e desburocratizar os programas sociais, deixando esses benefícios embutidos em um único cartão e, o recebimento, em uma única data para cada beneficiário. Houve ainda o cuidado para que as famílias não tivessem perdas nos valores de benefícios já que a estas recebem seus benefícios de acordo com a composição e renda *per capita* familiar.

4. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A pobreza sempre representou um grande desafio para os países de todo o mundo. No Brasil esse cenário não é diferente. Desde o período da industrialização a situação da pobreza agravou-se. As cidades começaram a sentir os efeitos do êxodo rural, recebendo grande contingente de pessoas sem nenhuma estrutura e sem indústrias para ocupar todos no trabalho. Este elemento, somados a outros, potencializou de forma substancial o aumento da pobreza. A falta de trabalho, a favelização, a falta de escolas, de hospitais dentre outras fragilidades geraram grande exclusão social. Desde então o Estado vem procurando maneiras de sanar ou de minimizar os efeitos da miséria, dentre as ações desenvolvidas, pelo governo brasileiro, de grande alcance e efeito sobre o enfrentamento da pobreza a que merece um notável destaque é o Programa Bolsa Família (PBF).

O Programa Bolsa Família constitui uma política pública de distribuição direta de renda e inclusão social ambiciosa, de grande abrangência nacional criada pelo Governo Federal no final de 2003, com a Medida Provisória nº 132, de 20 de dezembro de 2003, posteriormente transformada na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que foi regulamentada pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004 (MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2012).

O PBF foca em atender dois grupos de famílias. Um desses grupos é considerado em situação de extrema pobreza que são aquelas famílias com renda *per capita* de R\$ 70,00 (setenta reais). O programa atende também famílias com renda *per capita* mensal por pessoa de R\$ 70,00 (setenta reais) a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), para o governo estas famílias estão da linha da pobreza (MDS, 2012).

O PBF é de responsabilidade do MDS faz parte do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), trabalha em parceria com os Estados e Municípios de todo o país, tendo como principal objetivo garantir o direito a alimentação, estimulando e assistindo as famílias no

comprometimento com a nutrição familiar, a educação e também com a prevenção da saúde familiar, como bem cita (Weissheimer, p. 29, 2006,).

Uma das características centrais do programa é que ele procura associar a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social.

A política surge, portanto, com o propósito de promover o desenvolvimento econômico e uma maior distribuição de renda apresentado no plano de governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com dois objetivos principais: acabar com a miséria e exclusão social.

Os municípios tem grande importância para o bom funcionamento do PBF, uma vez que através de uma base de dados chamada Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal idealizada e monitorada pela União, os Municípios cadastram as famílias com perfil de beneficiário, fornecendo dados individualizados. No máximo a cada dois anos, esses dados devem ser atualizados. Os dados fornecidos pelo Cadastro Único retrata a realidade familiar permitindo saber quem são e onde vivem cada integrante familiar.

Fica a cargo do município também de fornecer o local e uma equipe técnica para atender, cadastrar e monitorar as famílias cadastradas e beneficiárias do programa. Além de realizar em parceria junto a entidades, para a promoção de atividades destinadas a formação diretamente aos beneficiários do programa. Dentro do município para que as ações e metas sejam cumpridas se faz necessário a parceria com algumas secretarias. Dentre as que merecem destaque tem-se a Secretaria de Ação Social, que tem um papel fundamental já que procura recrutar as famílias que passam por algum problema social, e conjuntamente com os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), e os Centro Referência Especializada em Assistência Social (CREIAS), procuram atender as famílias de forma especializada, dando uma suporte com a ajuda de assistentes sociais e psicólogos.

Outra Secretaria que merece destaque, é a Secretaria de Saúde, uma vez que essa tem como uma das atividades - fornecer os dados de acompanhamento da saúde como: a) a situação nutricional das famílias; b) o acompanhamento da vacinação, além de desenvolver campanhas de melhorias na saúde das famílias.

A parceria com a Secretaria de Educação também é fundamental já que a cada bimestre é enviado a esta Secretaria os formulários de preenchimento da frequência escolar dos alunos que fazem parte do PBF. É também papel da Secretaria de Educação enviar as escolas esses formulários para que sejam devidamente preenchidos conforme a frequência dos alunos nas aulas.

Desde o lançamento e implementação, o PBF vem sofrendo várias mudanças, as quais tem sido fruto da avaliação; já que, ao longo da política, foram desenvolvidas formas de controle social. Para receber tais benefícios as famílias passam por uma seleção, além de ser necessário o cumprimento de algumas condições impostas ao beneficiário. Dessa forma, a família precisa seguir as normas impostas pelo âmbito federal, monitoradas pelos Estados e municípios para assim ter direito de continuar fazendo parte do programa.

O PBF unificou quatro programas federais (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e o Cartão-Alimentação). Com essa unificação os beneficiários tiveram um aumento considerável no valor recebido, uma vez que, dependendo da composição familiar, a família tem a possibilidade de se enquadrar em vários programas, recebendo tais benefícios em um único cartão. Processo que diminuiu a burocracia e otimizou a qualidade do controle social.

Outra característica do programa que merece relevância e destaque é o fato de que o benefício é preferencialmente destinado às mulheres, já que, se tem como característica cultural, de que estas sabem, a priori, das reais necessidades do lar, e muitas vezes, essas são as que se encontram fora do universo do mercado de trabalho. Logo, tem-se a hipótese de que estão fora do mercado de trabalho por estarem tomando conta do lar e dos filhos.

Destinar o benefício a mulher também tem o intuito de que o dinheiro seja realmente empregado no realmente a que a política se destina, no fortalecimento da alimentação familiar. O reflexo positivo na vida das mulheres que recebem o PBF se dá na forma que estas tem uma renda que possibilita comprar alimentos e roupas, deixando-as menos dependentes dos seus parceiros.

Atualmente, conforme dados expostos no portal do Ministério do Desenvolvimento Social estimasse que PBF atende mais de 13 (treze) milhões de famílias em todo território nacional de acordo com o perfil e tipos de benefícios: o Básico pago as famílias consideradas extremamente pobres, é de R\$ 70,00 (setenta reais). Para receber tal benefício a família deve ter renda *per capita* de R\$ 70,00 (setenta reais) mensal.

O Benefício Variável (BV) é destinado a famílias com renda *per capita* de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) mensais desde que a família tenha crianças ou adolescentes na escola numa faixa etária de até 15 anos de idade, gestantes e nutrízes, cada família pode receber no máximo cinco benefício por família no valor de R\$ 32,00 (trinta e dois). O Benefício Variável Jovem (BVJ) é destinado a famílias também com renda *per capita* de até R\$ 140,00 (cento e quarenta) desde que na composição familiar tenha jovens de 16 e 17 anos. Cada família pode receber dois benefícios dessa natureza por família.

Diante dos dados nota-se que os valores dos benefícios pagos pelo PBF variam de R\$ 32 a R\$ 306, considerando a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos e do número de gestantes e nutrizes componentes da família (MDS, 2013).

O monitoramento dessas famílias é orientado pelo âmbito federal, mas é realizado pelo município. Consiste em condições que a família tem que cumprir para continuar recebendo os benefícios, que são as chamadas condicionalidades.

4.1 CONDICIONALIDADES

As condicionalidades reforçam o acesso a serviços de saúde educação e assistência social, funcionam como um compromisso assumido do governo com os beneficiários. Dessa forma, a família atende o que é exigido pelo governo e o governo universaliza os serviços já que estes devem ser cumpridos pelos beneficiários. As condicionalidades estão divididas em duas, são elas: condicionalidades da saúde e condicionalidades de educação.

- **Condicionalidade da saúde:** o acompanhamento das condicionalidades na área da saúde é de responsabilidade do Ministério da Saúde/MS e realizado pelas equipes de saúde dos municípios e dos Estados, com o apoio e parceria da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Os compromissos das condicionalidades em saúde são o acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos, e em relação as mulheres na faixa de 14 a 44 anos, estas também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. (MDS, 2013)
- **Condicionalidade da educação:** o compromisso da condicionalidade da educação é a frequência escolar de cada integrante em idade escolar (de 6 a 17 anos) das famílias beneficiárias do Bolsa Família. O acompanhamento é realizado bimestralmente e o registro da frequência escolar realizado por meio do Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar (Sistema Presença) (MDS, 2013). Para receber o benefícios as crianças matriculadas na escola em idade escolar devem ter frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

Cabe lembrar que além da transferência monetária, cobradas as condicionalidades citadas, o Programa Bolsa Família, segundo o MDS (2010), considera necessário desenvolver outros programas, como alfabetização, capacitação profissional, apoio à agricultura familiar, geração de ocupação e renda, microcrédito (...). Portanto, o objetivo é agregar esforços para permitir a autonomia das famílias beneficiárias. (SÁ, SILVA, 2011).

A intenção do governo é que estas ações venham a fortalecer e aumentar a autoestima das famílias beneficiárias do PBF propiciando a elas a capacidade de alcançar uma mobilidade social.

O controle social desenvolvido pelo governo é uma forma de ajudar as famílias a trilhar o caminho correto e garantir o sucesso da política, que está em constante avaliação. Vale salientar que o não cumprimento dos quesitos exigidos pelas condicionalidades pode levar ao bloqueio, suspensão e até o cancelamento dos benefícios.

4.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE COXIXOLA

O Município de Coxixola está localizado na microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba no Nordeste brasileiro, com uma área de 170 km², com clima semiárido tem como bioma a Caatinga (IBGE, 2013), foi elevado à categoria de município pela lei estadual nº 5910 de 29-04-1994 (IBGE, 2013). É considerada uma cidade de pequeno porte possuindo uma população de aproximadamente 1771 habitantes (IBGE, 2010).

A economia do município é praticamente baseada na aposentadoria e o funcionalismo público, uma vez que a cidade não possui indústria e o clima pouco favorece a agricultura de porte elevado. Ainda sobre as questões econômicas cabe destacar que Coxixola faz parte do bloco dentro do estado das cidades que tem como fonte econômica a caprinocultura, uma vez que possui um total de 31 produtores produzindo leite de cabra em suas pequenas propriedades, o que gerou em 2010 uma produção de 100.459 litros de leite (ACCOCOX³, 2011). Essa produção em sua maioria tem destino certo: é vendida ao Governo da Paraíba para ser beneficiado e doado as famílias carentes em vários municípios do Estado. Contudo, essa fonte econômica é ineficiente uma vez que nem todos os munícipes participam de tal atividade. No tocante ao comércio este é de pequeno porte, empregando pouquíssima mão-de obra.

³ Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Coxixola, fundada em 07 de novembro de 2003.

Nesse sentido, o Programa Bolsa Família (PBF) se apresenta como mais uma alternativa de renda para uma boa parcela das famílias que vivem no município de Coxixola. Este Programa, localmente, foi implementado pela Secretaria da Assistência Social que, no período, era locada na Secretaria de Saúde do município no ano de 2005.

De acordo com os dados do boletim do Plano Brasil Sem Miséria emitido ao município, de dezembro de 2012 a janeiro de 2013, o município conta com 554 famílias cadastradas no Cadastro Único sendo 323 famílias beneficiárias (SIBEC⁴, 2013).

Quanto ao acompanhamento das condicionalidades no município, os dados mostram que 92,61% das crianças e jovens em idade escolar tem registro de acompanhamento de frequência escolar. Já na condicionalidade da saúde o acompanhamento familiar chega a 84,36% das famílias com perfil de famílias de baixa renda (MDS, 2013).

Ações para minimização da pobreza por meio do governo Federal vem sendo desenvolvidas no município, dentre elas a construção de cisternas para as famílias e assistência técnicas aos agricultores da cidade com o propósito de ajudá-los a ter maiores condições de permanecer na zona rural, e conviver com os longos períodos de estiagem que castigam as famílias, a fauna e a flora local. Todas essas ações são desenvolvidas conforme as informações obtidas no Cadastro Único de município, necessitando, com isso, de uma constante atualização dos dados e informações de qualidade.

O PBF não é somente um programa de distribuição de renda. As ações políticas buscam, junto ao município, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, realizar a busca ativa das famílias com perfil de beneficiários através das visitas domiciliares; promove palestras educativas às famílias atendidas, como também cursos de capacitação e geração de renda. Com essas ações através do PBF o governo visa garantir que as famílias tenham sua cidadania fortalecida e possam conseguir mudar sua condição social a partir de seu próprio trabalho, de modo que os envolvidos na política tenham oportunidade de um futuro melhor, e consigam superar a situação de vulnerabilidade.

5. ANÁLISE DE RESULTADOS

O Programa Bolsa Família atinge cerca de 59,71% da população coxixolense (MDS,2013), ou seja, mais da metade da população, fato esse que se revela por ser uma

⁴ Sistema de Benefício ao Cidadão inserido no sistema da Caixa Econômica federal

cidade de pequeno porte, que não dispõe de um atrativo industrial, e localização geográfica de clima semiárido pouco favorece a agricultura restando, assim, a população valer-se das políticas de distribuição de renda desenvolvida pelo Governo Federal. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram realizadas entrevistas com 12 beneficiárias, onde constatou-se que 100% das entrevistas são mulheres, seguindo, assim, a premissa da política que é destinar o PBF quase que exclusivamente às mulheres.

A pesquisa abordou algumas características das famílias envolvidas no estudo, onde observou-se que todas as entrevistadas residem na zona urbana da cidade, todas tem casa própria sendo de dessas, duas participaram de programa de habitação municipal e tem sua casa própria graças a iniciativa governamental. Quanto as condições físicas das moradias das famílias nota-se que as casas tem em media de cinco a oito cômodos.

No quesito da formação familiar ver-se família com composição diversificada que vai de dois ate cinco membros, todos mantendo grau de parentesco. No seio familiar percebe-se que a renda familiar é trazida quase sempre pelo esposo variando de R\$ 134, 00 (centro e trinta e quatro reais) a R\$ 500, 00 (quinhentos reais) por família.

Nº de pessoas	Especificação
6	Bom
6	Bom, mas precisa de um reajuste

Durante a pesquisa quando perguntou-se sobre como as beneficiárias avaliavam o valor recebido, responderam:

Quadro 01 avaliação do valor recebido do Programa Bolsa Família

Fonte: Pesquisa de Campo/Entrevistas, 2013.

Dos 12 entrevistados nota-se um equilíbrio com relação ao valor recebido por cada família, onde 50% analisa o valor do beneficio Bolsa Família como bom. “ É um valor muito útil para a minha família, eu compro várias coisas, sei que posso contar com essa renda todos os meses” (NORMA, BENEFICIARIA ENTEVISTADA DIA 16/04/2013). Logo, nota-se que as famílias veem no valor recebido pelo programa uma garantia de renda fixa possibilitando-as de programar parte de suas despesas.

A outra parcela dos entrevistados que corresponde a 50%, analisa o valor recebido como bom, mas necessitaria de um reajuste levando em consideração o aumento do salario mínimo.

É um valor bom, mas no meu caso que só tenho essa renda eu consigo comprar somente o mínimo, uso o dinheiro quase que totalmente para pagar alimentação mas ainda é pouco pois não me possibilita comprar frutas e verduras para as crianças. Quando eu preciso de algum remédio, por exemplo, tenho que pedir ajuda de meus pais. Eu tenho a consciência que esse dinheiro deveria ser usado em benefício das crianças, mas não tenho alternativa invisto em alimentação para toda a família como também tenho que pagar água e luz com ele para não ficar sem. (BIA BENEFICIARIA ENTREVISTADA DIA 16/04/13).

Fica evidente a dependência de algumas famílias do valor recebido pelo PBF. Em alguns casos, como este supracitado, a família depende exclusivamente de tal benefício. Sem este, a família passaria por problemas de ordem alimentar, mas, no entanto, para que a pessoa tenha um desenvolvimento humano não basta somente a alimentação básica é necessário levar em consideração outros fatores como a qualidade da alimentação, como, também o acesso a serviços como água, luz, e educação dentre outros. No quesito de satisfação em participar do programa vemos que:

Nº de pessoas	Síntese das Respostas
11	“sim, estou satisfeito, pois é uma ajuda para complementar a renda da minha família.
1	“sim estou satisfeita, mas quero um aumento”.

Quadro 02 grau de satisfação em participar do Programa Bolsa Família
Fonte: Pesquisa de Campo/Entrevistas, 2013.

A grande maioria das beneficiárias estão satisfeitas, cerca de 91,6% se sentem satisfeitas em serem participantes do Programa. As entrevistadas argumentam que o valor recebido permite complementar a renda familiar e contribui significativamente para a aquisição de alimentos. Veem o programa como uma complementação da renda familiar que possibilita uma autonomia. No entanto para uma beneficiaria entrevistada o benefício é a principal renda, onde é destinado para pagar as despesas básicas, como bem relata a beneficiaria a seguir “Eu só tenho essa renda. É graças a ele que eu tenho alguma coisa dentro de casa” (BIA, BENEFICIARIA ENTREVISTADA DIA 16/ 04/12).

Diante desta fala vemos que nesse caso a família relata a significativa importância do Programa para o sustento.

Eu estou satisfeita em participar do Bolsa Família, pois quando fui contemplada meu esposo estava desempregado, não tinha “nada (alimentos)” e nesse momento o dinheiro do Programa foi uma grande ajuda (NORMA, BENEFICIARIA ENTREVISTADA DIA 16/04/2013).

Diante desse contexto, vemos que o PBF representa para as famílias uma saída para os problemas sociais vividos que afetam a estrutura familiar. No caso da entrevistada que passava por momentos difíceis por conta do desemprego do esposo, onde chegou a faltar alimentos, o Programa se tornou a principal renda para se alimentar; com isso evitou que a situação de vulnerabilidade social ficasse pior.

Quanto ao atendimento oferecido pelo município os entrevistados responderam da seguinte forma:

Nº de pessoas	Síntese das respostas
01	Bom, mas precisa de melhorias.
11	Bom

Quadro 03 Avaliação do atendimento municipal

Fonte: Pesquisa de Campo/Entrevistas, 2013.

No que tange o atendimento municipal, a prefeitura mostra-se eficiente, pois de acordo dados 91,6% consideram o atendimento municipal bom, enquanto que somente 8,3% julgam que não está ruim, mas precisa de melhoria como toda instituição deve sempre promover melhorias.

Na pesquisa buscou-se saber também se os beneficiários gostariam de fazer ou se já fizeram algum curso, ou formação que lhes possibilitasse uma profissão, os entrevistados responderam da seguinte forma:

Nº de pessoas	Síntese das respostas
01	Bom, mas precisa de melhorias.
11	Bom

Quadro 04 Avaliação do atendimento municipal

Fonte: Pesquisa de Campo/Entrevistas, 2013.

Na pesquisa buscou-se saber também se os beneficiários gostariam de fazer ou se já fizeram algum curso, ou formação que lhes possibilitasse uma profissão, os entrevistados responderam da seguinte forma:

Nº de Pessoas	Síntese das Respostas
1	Está participando de um curso
5	Já participaram de algum curso, e pretendem participar de outros que o programa em conjunto com a prefeitura venha a realizar.
2	Não querem participar de nenhum curso, ou formação.
4	Nunca participaram de nenhum curso, mas gostariam que de participar.

Quadro 05 participação e intenção de participar de cursos que proporcione a formação profissional.
Fonte: Pesquisa de Campo/Entrevistas, 2013.

Entre os entrevistados percebe-se que quase a maioria, cerca de 41,6% dos entrevistados já participaram de algum curso de formação e também querem participar de algum curso que lhes proporcione a formação profissional. Dados esses que tornam-se interessantes, uma vez que a política do Programa Bolsa Família prima por proporcionar uma formação profissional aos beneficiários, que propicie a mobilidade social dos beneficiários.

Dos entrevistados 33,3% nunca participaram de nenhum curso por não haver interesse pelos cursos realizados no município, 16,6% não almejam participar de nenhum curso e 8,3% está participando de um curso realizado pela prefeitura e o Centro de Referência em Assistência Social. Os cursos mais citados pelos beneficiários que seriam interessantes participar de cursos: a) de artesanatos de pintura em tecido e; b) corte e costura.

Quando indagados como era a situação familiar financeira antes do PBF temos tais informações:

Nº de Pessoas	Síntese das Respostas
1	Era sustentada pelos sogros
6	Dependiam exclusivamente da renda do esposo
3	A família era sustentada pelos pais
2	Fazia bicos, ou seja, lavava roupas de ganho, faxinas.

Quadro 06 antes de ser beneficiária do PBF como era a situação de vida?
Fonte: Pesquisa de Campo/Entrevistas, 2013.

Das mulheres entrevistadas, 50% disseram que antes do PBF a família era totalmente sustentada pelo esposo, ou seja, essas mulheres não tinham acesso a nenhuma renda. Tinham de esperar que o esposo trabalhasse para suprir todas as necessidades da família. “Eu não tinha renda nenhuma dependia do meu esposo, hoje eu posso contar com esse dinheiro é importante para mim ter um dinheiro que é meu” (MARIA BENEFICIÁRIA

ENTREVISTADA DIA 17/04/13). Como podemos ver nessa fala, o programa possibilita a mulher ter um poder de compra e dentro do seio familiar contribuir de forma efetiva no sustento da família que até então era de total responsabilidade dos maridos. O sustento familiar ficando somente a cargo do esposo gera algumas necessidades, já que, a maioria das famílias tem crianças pequenas que necessitam de uma alimentação adequada para o pleno desenvolvimento. E muitas vezes a renda do esposo não possibilita comprar todos os itens para uma alimentação adequada.

“Antes do programa era difícil tinha que fazer faxina em casas de famílias porque eu tenho duas filhas para ter como ajudar em casa, ou esperar meu marido que ruim, era difícil pegar em um centavo”(HELENA, BENEFICIARIA ENTREVISTADA DIA 16/04/2013). É possível notar nessa fala a importância do PBF na autonomia da mulher, que com o benefício recebido pode contribuir de forma direta com o sustento familiar sem comprometer os cuidados com a casa e com os filhos, contribuindo no orçamento familiar. Dividindo com o esposo as despesas possibilita uma maior qualidade de vida para a família.

Quando perguntados em que sentido o PBF é importante para o sustento da família 100% das pessoas entrevistadas responderam que o benefício é importante para o sustento das famílias. O benefício possibilita a compra de alguns alimentos para as crianças principalmente, sem esse dinheiro muita coisa faltaria. “O benefício é fundamental para o sustento da minha família, pois só tenho essa renda” (BIA BENEFICIARIA ENTREVISTADA DIA 16/04/13). Nesse caso, pode-se ver que a família vive exclusivamente do benefício que este é de extrema significância para essa família, cabe salientar que o benefício não supre nem as mínimas necessidades da família já que é um valor baixo.

Quando perguntado na entrevista se as beneficiárias pretendiam deixar o programa, e se gostariam que o governo aumentasse o valor, percebe-se que:

Nº de Pessoas	Síntese das Respostas
8	Não pretendo sair, gostaria que o governo aumentasse o valor pelo fato que as coisas estão caras.
4	Se conseguisse um emprego formal deixaria sim o programa

Quadro 07 Tem pretensão de deixa o PBF.

Fonte: Pesquisa de Campo/Entrevistas, 2013

Das entrevistadas vemos que a grande maioria não pretende sair do PBF 66,6% não tem pretensões de deixar o programa e acha que um aumento no valor é necessário em virtude que o custo de vida vem aumentando, dessa forma o valor é considerado baixo. “se eu sair do

programa vou passar por necessidades, o governo deveria aumentar o valor como o meu caso que só tenho o Bolsa Família como renda tem muitas famílias por aí, minhas crianças passam por necessidades alimentícias”(BIA, BENEFICIARIA ENTREVISTADA DIA 16/04/13). 33,3% dos entrevistados disseram que deseja sair do programa se conseguisse um trabalho formal.

Mesmo representando uma minoria, o percentual é significativo, pois é possível ver que há pessoas que tem desejo de trabalhar para não precisar da ajuda governamental. Ainda nesse item 66,6% das entrevistas disseram que o governo deve reajustar o valor.

De todas as famílias entrevistadas como mostra o quadro 07 abaixo, constatou-se que estas nunca deixaram de receber os benefícios por descumprimento das condicionalidades de saúde e educação, fato relevante, pois mostra que o controle social feito pelo Governo Federal delegado aos municípios se manifestação bastante eficiente, permitindo também notar que as famílias em virtude do valor recebido pelo PBF vem consolidando um compromisso maior com as questões de saúde de educação familiar.

Nº de Pessoas	Síntese das Respostas
12	Nunca deixei de receber o Bolsa Família por falta das crianças na escola nem por acompanhamento da saúde

Quadro 08 Alguma vez deixou de receber o Bolsa Família por falta das crianças na escola ou por acompanhamento da saúde? Fonte: Pesquisa de Campo/Entrevistas, 2013.

Quando perguntado que itens geralmente as famílias compram com o valor recebido pelo PBF vemos que:

Nº de Pessoas	Síntese das Respostas
1	Compra alimentos e produtos de higiene pessoal
6	Compram alimentos, roupas para a família, eletrodomésticos e utilidades para o lar
4	Compram alimentos, produtos de higiene pessoal, roupas para a família, eletrodomésticos, utilidades para o lar e remédios;
1	Compra somente alimentos.

Quadro 09 quais produtos geralmente compra com o dinheiro do PB? Fonte: Pesquisa de Campo/Entrevistas, 2013.

Em todo grupo pesquisado vemos que estes investem em alimentação, mas não somente em alimentação, pois somente 8,3% dos entrevistados destinam integralmente o valor recebido na compra de alimentos.” Eu compro o básico mesmo porque o dinheiro não dá pra comprar outras coisas, e ainda falta muito, por exemplo, se eu preciso de um remédio quem me dá são meus pais, o gás também “(BIA BENEFICIARIA ENTREVISTADA DIA 16/04/13). Dos entrevistados, 50% responderam que investem o dinheiro recebido não somente em alimentos, mas em roupas, produtos de higiene pessoal e remédios, mas também produtos para o lar e eletrodomésticos.

Praticamente todos os eletrodomésticos que eu tenho dentro de casa comprei com o dinheiro do Bolsa Família, roupas para as crianças comida, tudo eu compro com ele, é um “quebra galho” não é muito mais é um pouco que me ajuda bastante, todo mês eu sei que vou receber posso contar com ele.(BENEFICIARIA ENTREVISTADO DIA 16/04/13).

Como se pode ver o PBF não está sendo somente destinado a compra de alimentos como orienta a política. No entanto, cabe salientar que produtos como os citados no quadro são importante para a dignidade humana. Ou seja, não somente o “alimento” é suficiente para a dignidade humana, entendendo-se que possuir eletrodomésticos, vestuário, e produtos de higiene pessoal é essencial para o desenvolvimento não somente humano, mas o social das pessoas. Dos pesquisados, 41,6% investem o benefício Bolsa Família em alimentos, roupas para a e família, eletrodomésticos e utilidades para o lar.

Nº de Pessoas	Síntese das Respostas
3	Não tem intenção de arrumar emprego para deixar PBF
9	Se conseguissem um trabalho formal, deixariam o PBF

Quadro 10 Se conseguisse um trabalho gostaria de deixar o programa?

Fonte: Pesquisa de Campo/Entrevistas, 2013.

De acordo com as respostas dos entrevistados, vemos que 25% das mulheres não tem intenção de trabalhar formalmente preferindo ficar somente com a renda advinda do PBF.

Não pretendo arrumar trabalho, porque o trabalho passa, e o Bolsa Família é seguro, só trocaria o Bolsa por um trabalho se passasse em um concurso público, caso contrário prefiro ficar com o Bolsa (BIA BENEFICIARIA ENTREVISTAADA EM 16/04/13)

Conforme nota-se na fala acima, observa-se que algumas pessoas que recebem o benefício não tem a intenção de arrumar um trabalho formal. Justificam a decisão por não se

sentirem seguros tendo em vista que muitas vezes o emprego mesmo que formal oferece um risco, já que por que podem ser demitida, e voltando a condição de desempregado, necessitará do PBF para o sustento familiar. Diante desse risco preferem ficar somente dependendo do Programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados da pesquisa, foi possível identificar algumas mudanças que o Programa Bolsa Família proporcionou às famílias beneficiárias do município de Coxixola. Analisou-se que o benefício auferido pelo Programa proporcionou um aumento na renda familiar dos beneficiários, fortalecendo a participação da mulher no orçamento familiar melhorando a situação financeira dessas famílias, na medida em que passou a servir de incremento na renda, possibilitando o acesso a itens como alimentação, vestuários, a compra de remédios, produtos de higiene pessoal e eletrodomésticos. Com isso, observou-se melhorias significativas nas condições de vida dessas famílias, principalmente no atendimento de suas necessidades e de demandas prementes do grupo familiar.

Durante o trabalho foram reproduzidas falas das entrevistadas para uma afirmação da real importância do PBF para a inserção direta da mulher como agente participativo no orçamento familiar, já que este possibilita as mulheres terem uma renda mensal, desta forma estas contribuem no orçamento familiar.

O Programa além de contribuir com o fortalecimento alimentar e participação da das famílias envolvidas na políticas traz a mulher como um forte ator participante no orçamento familiar direto, podendo contribuir significadamente nas despesas do lar.

O PBF tem um papel preponderante também na conscientização das famílias, no que diz respeito ao acompanhamento médico nutricional familiar, bem como em manter as crianças vacinadas e protegidas contra possíveis doenças e epidemias que venham a ocorrer. Com relação de como é gasto o dinheiro do PBF verificou-se que a grande maioria compra produtos como produtos de higiene pessoal, eletrodoméstico, roupas e alimentos, somente 8,3% dos entrevistados investe o valor recebido em alimentos que é a verdadeira intenção da política que é fortalecer a nutrição familiar. A pesquisa mostrou também que a grande maioria pretende fazer algum curso que possibilite uma profissão, contudo 66,6% não pretende deixar o PBF dado esse que se torna preocupante uma vez que percebe-se que o programa não está emancipando as pessoas e sim produzindo uma dependência, por outro lado notou-se que há

uma certa indecisão já que 75% afirmou que se conseguisse um trabalho sairia do programa para dar a vaga a alguma família que não tivesse renda.

Portanto, é evidente a importância do PBF para as famílias coxixolense levando em consideração que este fortalece a participação da mulher como agente direto no orçamento doméstico. Por outro lado, percebe-se que o benefício foge um pouco do seu propósito que deve ser destinado ao fortalecimento alimentar. Entende-se que a aquisição de itens como vestuário, produtos de higiene pessoal, eletrodomésticos são essências para o estado de bem estar familiar.

De modo geral, pode-se afirmar que essas famílias tiveram mudanças expressivas nas suas condições de vida, após a inserção no Programa Bolsa Família. No entanto, para que essas mudanças sejam efetivas, faz-se necessário que essas famílias busquem melhores formas de capacitação profissional para que possam caminhar sozinhas sem dependência governamental. Nesse sentido, a política deve ser analisada para uma mudança social fazendo com que as famílias participantes adquiram condições de viver dignamente sem a ajuda governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE CAPRINOS E OVINOS DE COXIXOLA. 10 capítulos, 66 artigos. Registro sob nº170. Fls. 23/24, do livro de Registro “Pessoa Jurídica A-2”. Em, 07 de novembro de 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família.** 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 16 dez.2012.

_____. **Bolsa Família.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/gestao-de-condicionalidades/condicionalidades-de-saude%20>>. Acesso dia 01 de março de 2013.

_____. Brasil. Gov. com.br. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/10/19/bolsa-familia-completa-nove-anos-e-beneficia-13-7-milhoes-de-familias>>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

BRASIL, **Decreto nº5.209, de 17 de setembro de 2004.** Regulamenta Lei nº10.836, de nove de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Programa Bolsa Família.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 12 Janeiro.2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e do Cadastro Único.** Site oficial do governo, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 25 de Dezembro de 2012.

_____, **Decreto nº5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta Lei nº10.836, de nove de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Programa Bolsa Família.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 22 Dezembro.2012.

_____. **Lei Federal nº 10.836**, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em 09 set.2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e do Cadastro Único**. 2011. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWVvZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL3NlbnFyYw==&loc=mdsSenarc>>. Acesso em: 04 jan.2013.

COHN, Amélia. **Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2004. (Estudos e Pesquisas, n. 85). Disponível em: <<http://www.forumnacional.org.br/publi/ep/EP0085.pdf>>. Acesso em: 12 de março. 2013.

_____, Amélia. **Planejamento e políticas públicas Nº 12 - JUN/DEZ DE 1995**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0000625.pdf>. Acesso dia 22 de abril de 2013.

COLARES, Monica Socorro Pereira. **Programa de Transferencia de Renda no Brasil e seus desafios futuros**. DISPONIVEL EM<<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/monicacolaresPROGRAMTRANSFEOFINCOMEINBRAZILANDITSFUTURECHALLENGES.pdf>> ACESSO DIA: 01 DE JANEIRO DE 2012.

DRAIBE, Sônia. **A política Social no Período FHC e o Sistema de Proteção Social** In: Revista Tempo Social. vol. 15, n. 2, nov. 2003, p. 63-101. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a04v15n2.pdf>> Acesso dia 28 de fevereiro de 2013.

FEITOSA, Patrícia Pinheiro; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido. **Os efeitos das políticas sociais brasileiras na qualidade de vida do Cidadão Tocantinense**. 2010. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0519_0277_01.pdf>. Acesso em: 06 fevereiro.2013.Fundação Perseu Abramo, 2006.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil – Afinal, do que se Trata? Editora FGV. 2003.

SÁ, SILVA. **Maria Odete Leandro de. SILVA Lucimeiry Batista da. UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTINHO – PB**.

SANTANA, Jomar Álace. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/Sem>>

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TRALDI, Daiane Roncato Cardozo. ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. **Políticas públicas de transferência de renda e a questão da segurança alimentar dos beneficiários: efetividades e entraves do Programa Bolsa Família.** *Política & Sociedade - Florianópolis - Volume 11 - Nº 21 - julho de 2012.* programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo:

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo. Editora Perseu Abramo: 2006.

YASBEK, Maria Carmelita .o **programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras.** SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 2004.

PENDICE I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) Sr.(a) _____

Eu, Marta Tamires de Farias Dourado, como aluna do Curso de Tec. Em Gestão Pública da Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Campus- Sumé-Pb, pretendo desenvolver uma pesquisa com os beneficiários do Programa Bolsa Família, com o objetivo geral de identificar a importância do Programa Bolsa Família para a autonomia da mulher e também comprovar que o programa é importante para a segurança alimentar das famílias que recebem tal benefício, sob orientação do Prof^o José Marciano Monteiro. Farei esta pesquisa através de aplicação de questionário contendo perguntas fechadas e abertas.

O motivo que nos levou a estudar o assunto é pelo fato de observarmos que o programa Bolsa Família recebe várias críticas quanto a sua efetividade na finalidade que se destina, e este estudo poderá comprovar se este contribui para a autonomia feminina como também para o fortalecimento alimentar das famílias que recebem tal benefício.

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurando sua privacidade. Você será livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, pois não acarretará qualquer dano nem custos para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo:

Atenciosamente,

Marta Tamires de Farias Dourado

Consentimento do voluntário.

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, _____, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado o anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido para tal, e ciente de que os dados serão usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos.

Coxixola, _____

Assinatura do Participante

1. Como você avalia o valor recebido do Programa Bolsa Família?

2. Você está satisfeito em participar do Programa Bolsa Família? Por que?

3. Como você analisa o atendimento realizado pelo município? Precisaria melhorar alguma coisa?

4. Você gostaria de participar de ações realizadas dentro do programa que lhes dessa capacidade de formação? Que tipo de ação?

5. Antes de participar do Programa, como era a sua situação de vida?

6. Em que sentido o benefício é importante para o sustento da sua família?

7. Alguma vez sua família já ficou sem receber o benefício por falta das crianças na escola ou o acompanhamento da saúde.
 sim não

8. Você pretende sair do Bolsa Família ou gostaria que o governo aumentasse o valor atribuído? Por que?

9. O que geralmente você compra com o dinheiro dos benefícios
 alimentos
 produtos higiene pessoal roupas para você e a família eletrodomésticos e utilidades para o lar outros.

10. Qual o significado do bolsa família pra você? Mudou alguma coisa na sua vida com esse programa do governo federal?

Endereço do pesquisador responsável (trabalho): José Marciano Monteiro

Endereço da pesquisadora responsável (trabalho): Marta Tamires de Farias Dourado

Rua: Av. Joaquim Zeca, nº 61- Coxixola

Telefone para contato: (83) 9611-7990

e-mail: martatamyres@hotmail.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO – CDSA
GESTÃO PÚBLICA**

Apêndice II

ROTEIRO DE ENTREVISTA Nº _____

DADOS GERAIS

- 1) **Data da entrevista:** ____ / ____ / ____
 2) **UF:** _____ 3) **Município:** _____
 3) **Nome** _____

DADOS DE RESIDÊNCIA

- 1) **UF:** _____ 30) **Município** de **residência:** _____
 2) **Bairro:** _____ RPA _____
 3) **Logradouro (rua, avenida,...):** _____
 4) **Número:** _____ 34) **Complemento (apto, casa,...):** _____ 35)
CEP.: _____
 5) **Telefone:** () _____
 6) **Zona:** 1-Urbana 2-Rural 3-Periurbana 9-Ignorado
 7) **Quantos cômodos** **em a residência?**
 8) **Quantos pessoas moram na residência?**
 9) **Qual o grau de parentesco dessas pessoas?**
 10) **Dos que residem no domicílio, quantos trabalham?**
 11) **Quem tem a maior renda?**
 12) **Qual a renda média mensal familiar: R\$** _____

UFCG - BIBLIOTECA

QUESTÕES SOBRE O BOLSA FAMÍLIA

11. Se você conseguisse um trabalho, gostaria de deixar o bolsa família?

Informações do Pesquisador

Nome: _____

Função: _____

Assinatura: _____